

# O movimento camponês no Brasil

## TESE APROVADA NO II CONGRESSO DA POLOP

A história do Movimento Camponês no Brasil ainda está por ser escrita. Sobre o assunto existem apenas artigos esparsos, que sofrem deficiências devidas ao partidarismo ou ao impressionismo. Isso se deve, sobretudo à ausência de análises profundas da estrutura rural brasileira, das mudanças verificadas nesta pelo processo da penetração do capitalismo no campo.

Essa tese apresenta várias deficiências, tendo-se em conta a ausência de uma fundamentação econômica do problema agrário. O que ela contém de mais interessante é, sobretudo a descrição — baseada em parte numa vivência pessoal — de como se formou o movimento de Ligas Camponesas, sob a orientação de Francisco Julião.

Quanto às críticas ao trabalho do Partido Comunista Brasileiro no campo, fundamentam-se principalmente nas críticas de caráter geral que a ele fazemos, visto que esse Partido ainda não divulgou material suficiente para uma análise mais completa de seu trabalho junto ao campesinato.

No II Congresso Nacional da Política Operária, essa tese teve como objetivo, na medida do possível, fornecer alguns elementos à compreensão do estágio atual da luta camponesa dos últimos anos, de suas deficiências e de sua crise, e a partir daí formular algumas proposições concretas sobre o nosso papel nessa luta.

A sua publicação justifica-se, quando consideramos que o assunto é de extrema importância e que é hora, portanto, de incentivar-se um debate ideológico sobre ele, de maneira mais objetiva e sincera, sem temermos as deturpações e os rótulos que por certo surgirão, motivados por posturas emocionais.

### A experiência Julião

Na década de 40, o PCB tentou a organização do campesinato, sobretudo no Nordeste. Sobre essa primeira tentativa de fundação de Ligas, alegam os comunistas que não deu certo porque o governo Dutra colocou o Exército em função de sua dissolução. O argumento é fraco e parece-nos que apenas serve para confirmar a hipótese de que tal tentativa de organização não tinha bases sólidas e teria, necessariamente, de frustrar-se no nascedouro. Sobre o assunto não há, ao que se saiba, dados a partir dos quais se possa analisar a experiência. O que nos parece claro, no entanto, é a precariedade da máquina organizativa do PC da época, em relação ao trabalho camponês. Não nos cabe aqui demonstrar quais os fatores dessa precariedade e passaremos, portanto, a analisar o movimento camponês que surgiu em meados da década de 50, com a fundação da primeira Liga Camponesa, no Engenho da Galileia, no Estado de Pernambuco.

Essa Liga, fundada pela própria iniciativa dos camponeses, tinha inicialmente um caráter de associação beneficente. Julião surgiu como o advogado e o deputado que daria cobertura jurídica e legislativa às pretensões dos camponeses. E quem era Julião? Um político, socialista, pequeno-burguês, honesto e já com alguma sensibilidade diante do problema camponês. Apresentou o projeto de entrega do Engenho Galileia aos camponeses, e, sendo este aprovado, tornou-se um líder do campesinato nordestino, que passou a identificar, na figura tornada mística do deputado, o seu protetor.

Com isso, Julião conseguiu juntar ao seu redor estudantes e intelectuais pequeno-burgueses, que se entusiasmaram pela agitação no campo, e tornou-se, nada mais nada menos do que ele próprio afirma, um "agitador social". Convenceu-se de sua força mística, de sua identificação com as massas famintas do Nordeste e de sua liderança. O movimento espontâneo do campesinato nordestino crescia e a sua lenda começou a correr pelo Brasil. Não havia nenhuma organização séria que se empenhasse em estudar as condições de um trabalho consequente no campo. Foi então que Julião e o grupo que o cercava resolveram generalizar definitivamente as experiências limitadas que tiveram. Foram criados estereótipos em torno da figura do camponês, de suas condições de luta, do seu individualismo e de sua força revolucionária. O caráter agitativo das Ligas encobria a incapacidade de seus fundadores de orientá-las para uma forma de luta mais consequente, isso porque, devido à ausência de uma organização revolucionária consequente que orientasse o trabalho, tudo passou a girar em torno do mito Julião. O "agitar por agitar" foi-se desgastando, até o ponto de não se saber mais o que fazer com a massa nordestina agitada. Esgotados os recursos jurídicos, Julião e seu grupo conseguiram despertar na massa uma descrença perante as leis. Mas, e agora? O que se poderia oferecer ao campesinato como forma de luta? A Reforma Agrária foi a palavra de ordem que adotaram. Mas que espécie de Reforma Agrária? Não interessava, pois se tratava apenas de agitar. E o slogan vazio de Reforma Agrária se espalhou pelo Nordeste. Além dele, Julião e seu grupo não tinham mais nada a

oferecer, mas tinham toda a Região Centro-sul a conquistar, a levar a sua agitação, o seu nome, a sua experiência, a sua mística. Foi assim que Julião deixou os campos nordestinos agitados, porém desorganizados, empenhando-se, juntamente com o seu grupo, em fazer o mesmo trabalho no Sul. Agora seria mais fácil, pois teriam apenas de orientar e coordenar os novos agitadores em potencial retirados entre os intelectuais e estudantes, encontrados facilmente em todos os Estados.

A orientação que trouxeram era composta dos mesmos estereótipos que funcionavam no Nordeste e estava contida em 4 normas práticas:

1.º) O camponês que possui cultura própria (arrendatário em geral) tem muito mais condições de ser organizado, visto que a luta jurídica é, praticamente, quase que a única forma de luta no campo, pois enquanto o "caso" está na Justiça — o que demora anos e anos — o camponês se mantém na terra e tem condições de sobreviver e de resistir às pressões. O direito de propriedade privada era usado como móvel de luta.

2.º) Os assalariados são, portanto, extremamente difíceis de serem organizados, pois não têm condições de resistir a luta, além de representarem uma parcela inexpressiva da população rural.

3.º) A Liga Camponesa deve ser uma organização a mais flexível possível e o camponês não deve ser pervertido pelas doutrinações "sectárias". Deve-se apenas inculcar em seus filiados a convicção de que a luta jurídica não funciona e que, portanto, devem preparar-se para conseguir pela força, na marra, o direito à posse da terra.

4.º) Devem ser constituídos um ou vários Conselhos de pequeno-burgueses, que orientarão o trabalho.

A orientação de Julião e seu grupo não avançou nada, além disso. Funda-se uma Liga a partir de um caso jurídico, forma-se um Conselho de pequeno-burgueses na cidade e prega-se uma reforma agrária que dará terra a todos. Essa orientação, que se preocupava apenas com as forças passíveis de uma agitação a curto prazo, descuidando-se dos assalariados — elemento fundamental para o encaminhamento socialista da questão agrária, devido ao caráter proletário de suas reivindicações — e fugindo à formação política, não deu os passos necessários para a organização efetiva do movimento camponês.

### **O Partido Comunista e o caráter de suas associações camponesas**

Com o surgimento, em cena, das Ligas Camponesas, o PC voltou a demonstrar preocupação pelo problema camponês. Inicialmente, tentou fazer um jogo duplo: por um lado fundava associações próprias que ficavam totalmente sob seu controle e, por outro, infiltrava elementos no trabalho das Ligas, visando levá-las a sua tutela. Contudo, as rixas e as disputas foram inevitáveis e, em geral, o que aconteceu foi a divisão de águas na maioria dos Estados. Foi fundada a ULTAB, com sede em São Paulo, que passou a funcionar como Confederação.

As associações camponesas fundadas pelo PC incorreram ainda em erros mais graves que a das Ligas, na medida em que tentaram organizar as massas rurais para a luta reformista, na velha base do nacionalismo democrático e da frente única. Isso porque, embora a premissa organizativa do PC fosse, em princípio, correta — enquanto procurava formar no campo quadros partidários e células do Partido — pecava pelas deficiências fundamentais do Partido, devido ao seu caráter oportunista e de cúpula, à ausência de critérios no recrutamento e às deficiências na formação de quadros.

Assim, não conseguiam nem ao menos agitar o campesinato, como faziam as Ligas, isso porque, devido às deficiências de sua máquina burocrática, nem mesmo as lutas jurídicas podiam ser efetivadas e a massa camponesa sobre a qual era exercida sua tutela não sofreu nem as motivações mais primárias que uma assistência legal poderia oferecer. É claro que houve também exceções, como o caso de Formoso, em Goiás. Contudo, mesmo em casos como esse, o que vemos é o desperdício de excelentes condições de organização e politização que o PCB poderia ter aproveitado a fim de dar ao movimento camponês um caráter mais consequente. Formoso é o exemplo mais lastimável disso, tendo-se em conta que o Partido Comunista Brasileiro exerce total controle sobre a região, que é considerada por muitos até como uma República Camponesa. No entanto, o trabalho permanece estagnado, a massa sem a mínima formação marxista-leninista, fechada em um círculo isolado e seus líderes levados a participar de disputas políticas de forma inconsequente.

O Primeiro Congresso Nacional de Camponeses, organizado praticamente pelo PCB, realizado em novembro de 1961, em Belo Horizonte, foi, sem dúvida, uma tentativa de unificação do movimento camponês, contando com a participação das Ligas. Esse trabalho, que serviu para assustar bastante as classes dominantes e para a radicalização de setores da intelectualidade pequeno-burguesa, não pôde sofrer um processo de continuidade, uma vez que o tão prolapado Congresso da Aliança Operário-Estudantil-Camponesa não se efetivou, devido ao reformismo do PCB, que proferiu concentrar esforços na Frente de Libertação Nacional e no Congresso de Libertação Nacional, e ao

aventureirismo das cúpulas das Ligas Camponesas que preferiram adotar, como tática de luta, processos conspirativistas.

O PCB tem tentado organizar congressos camponeses regionais, mas o caráter reformista de sua linha política não permite que nesses Congressos sejam tomadas medidas mais consequentes para o avanço da luta camponesa.

### **As organizações camponesas "Cristãs" e "Democráticas"**

Dirigidas por padres católicos, o trabalho dessas organizações vai intensificar-se, sobretudo no Nordeste. Seus objetivos são os de "salvar o campesinato da influência subversiva das Ligas", na medida em que estas se radicalizaram e passaram a levantar a bandeira da Reforma Agrária.

Com a aprovação da lei de sindicalização rural, as associações "democráticas", tenderão à proliferação por todo o Brasil e encontrarão facilidades, devido aos métodos assistencialistas que empregam, caso o trabalho das Ligas Camponesas continuar a discriminar os assalariados agrícolas. Assim sendo, existe uma grande possibilidade do surgimento de uma força contrarrevolucionária no campo.<sup>1</sup>

### **A crise do movimento camponês**

O fim do ano de 1962 marca uma crise aguda no movimento camponês. Essa crise, contudo, apesar da gravidade que possa aparentar num primeiro momento, pode representar, sem dúvida, um avanço para o movimento revolucionário brasileiro, na medida em que, através de uma compreensão profunda de suas origens, pudermos traçar diretrizes novas para o encaminhamento da luta do campesinato.

Os germens da crise estavam na própria maneira pela qual os dirigentes das Ligas concebiam a sua organização, tanto em nível regional como nacional. Devido à ausência de uma organização marxista-leninista que comandasse o trabalho de organização do campesinato, tal tarefa coube, como frisamos anteriormente, a Julião e seu grupo. Estes, em suas peregrinações pelo Centro e pelo Sul do país, levaram suas experiências e suas técnicas de atuação, que logo eram assimiladas, sem nenhum espírito crítico, por grupos de estudantes e intelectuais, profissionais liberais e antigos militantes do PCB, então desgostosos com ele. A justeza da causa, ajuntada com a mística do movimento e de seus líderes, entusiasmaram-nos, levando-os para o campo, em busca da arregimentação dos camponeses em associações. Com a fundação da primeira Liga Camponesa já se podia constituir um Conselho na cidade e manter contatos com o grupo Julião. Assim, surgiram os movimentos de Ligas em São Paulo, Minas, Paraná, Rio Grande do Sul, Goiás, etc.

Depois de já existir um Conselho em vários Estados, pensou-se em formar um Conselho Nacional de Ligas Camponesas. Este Conselho seria composto de todos os presidentes dos Conselhos estaduais. Praticamente foram realizadas duas reuniões nacionais, quando se discutiu a fundação oficial de Ligas em alguns Estados, visando promover o movimento e seus líderes, quando foi elaborado um documento sobre a Revolução Agrária e se tentou fazer uma distribuição de tarefas nacionais. Contudo, não se pensou então em traçar as diretrizes políticas para o movimento camponês, não se cogitou da elaboração de um regimento interno, em plano nacional, das Ligas, não existiu um programa de lutas a ser empreendido pelas Ligas. As experiências regionais eram trocadas, cada qual procurando, à custa de mentiras, superestimar as suas experiências. Assim, até mesmo a convocação para a reunião desse Conselho, ficava entregue a uma ou duas pessoas, que faziam quando julgavam conveniente. Meses e meses se passaram sem que o Conselho Nacional se reunisse a fim de conhecer e de apreciar os problemas que surgiam nos Estados. Os movimentos estaduais eram encaminhados na base da improvisação. Nunca se cogitou, ao menos, de se fazer estudos regionais sobre a possibilidade de fundação de Ligas (com exceção do Conselho de Minas Gerais que tentou fazer um trabalho planejado, porém sem grandes êxitos), sobre os métodos de formação de uma vanguarda camponesa.

Em meados de 62 tentou-se formar o Movimento Radical Tiradentes, que seria amplo e indefinido, com finalidades também agitativas, cuja função seria a de dar cobertura urbana às futuras mobilizações camponesas. Tudo isso, em moldes bem caricaturados do 26 de Julho. Contudo, era

---

<sup>1</sup> Apenas para exemplificar a tendência ao proliferamento dessas Associações, até o início do ano de 1962 havia no Brasil apenas 5 sindicatos rurais. Com a aprovação da lei de sindicalização rural, foram imediatamente legalizados aproximadamente 25 sindicatos, sendo 80% deles controlados pelos padres. Segundo o Ministro do Trabalho, em declaração divulgada pela imprensa, esse número já teria subido para 78, desconhecendo-se a orientação política dos novos. Torna-se, pois, absolutamente necessário que as esquerdas revolucionárias se empenhem também no trabalho da formação de sindicatos de trabalhadores rurais.

tarde demais para tentar dar base a um edifício que ruía. A cisão interna liquidou tal movimento em sua origem.

Praticamente, a partir do I Congresso Nacional de Camponeses, à palavra de ordem Reforma Agrária se acrescentou Radical. Não se procurou, contudo, definir em que consistia esse radical. Julião alegou sempre que ele, como simples "agitador social", não era capaz de definir o caráter da Reforma Agrária, pois só os camponeses poderiam, legitimamente, defini-la. Entretanto, nunca se tentou formar uma efetiva vanguarda operário-camponesa que, a luz dos princípios do marxismo-leninismo, pudesse definir, objetivamente, o caráter da luta.

Para nós, toda a explicação da crise do movimento camponês deve ser buscada na incapacidade de seus líderes em definir o caráter do movimento. Assim é que os setores da pequena-burguesia (estudantes, intelectuais, profissionais liberais) ligados a esse movimento e que sofreram um intenso processo de radicalização desde a crise de agosto, passaram a adotar o conspirativismo como método de luta, abandonando, sobretudo no Nordeste, em Goiás, no Rio, em São Paulo, Rio Grande do Sul, o trabalho de organização de massas em torno de Ligas. Passou a existir, pois, uma crise latente no movimento de Ligas Camponesas, que iria eclodir com o fracasso dos métodos de luta conspirativista, que teve como consequência a cisão do movimento, não em torno de orientações políticas distintas, mas em termos de desentendimentos e mágoas pessoais.

Essa crise no movimento de Ligas atinge, sem dúvida, todo o movimento camponês — para não dizer as consequências para as esquerdas em geral — na medida em que se considera que o PC Brasileiro continuará o seu trabalho nos antigos moldes já descritos, enquanto as associações "democráticas" tenderão a fortalecer-se e a afirmar-se como uma força negativa no campo brasileiro.

Portanto, para as esquerdas revolucionárias, o problema que se coloca nesse momento, é o de assumirem a direção do movimento camponês que agora terá, necessariamente, ou de entrar em uma nova fase ou de se perder e liquidar.

É claro que não se trata agora de querer jogar fora toda a experiência obtida nesses últimos anos por Julião e seu grupo. Nossa tarefa é, tendo em vista o papel positivo que desempenharam na agitação do problema camponês, superar essa fase predominantemente agitativa do processo revolucionário no campo, através da abertura de uma nova fase que deverá ser a de efetiva organização do campesinato brasileiro em dois níveis: no partidário e no das associações de massa.

Companheiros, essa é a tese que trazemos para ser discutido no II Congresso Nacional da Política Operária. Não podemos deixar o campesinato brasileiro entregue à sua própria sorte. Temos de superar as falsas concepções que, inclusive, eram adotadas por muitos de nós, segundo as quais o imediatismo do campesinato, na medida em que reivindicava a terra, levava ao mediatismo, porquanto acreditávamos que o problema da terra colocaria em questão toda a estrutura social brasileira. Esquecíamos que, para que isso ocorresse, era necessário uma massa camponesa bem formada ideologicamente, a fim de não se deixar levar pelas soluções paliativas da burguesia. Procedendo desta maneira, estávamos contribuindo para a formação no campo de uma pequena burguesia individualista e contrarrevolucionária.

### **Perspectivas do Movimento Camponês**

O movimento camponês no Brasil, até agora, tem sido um movimento espontâneo, brotado do aguçamento das contradições internas da sociedade brasileira. A penetração do capitalismo no campo, lenta mas progressiva, tem provocado:

- 1.º) uma maior acumulação da propriedade da terra;
- 2.º) o rompimento das relações de produção tradicionais, através de vastas camadas camponesas;
- 3.º) a intensificação do desemprego disfarçado e as constantes migrações dentro do campo e para as cidades.

Isso tem como consequência o agravamento da miséria do campesinato, o que é uma contradição aguda com as necessidades que sofre o capitalismo industrial de criação de novos mercados. A burguesia vive, pois, um duplo impasse de ordem econômica e de ordem política, na medida em que começa a existir uma forte tendência à radicalização por parte de amplos setores de trabalhadores rurais, que são atingidos, de maneira desfavorável, pela desagregação das formas tradicionais de produção. A esse duplo impasse a burguesia brasileira terá de responder através de seus próprios métodos. Parece-nos ponto pacífico que qualquer tipo de revisão agrária que seja adotado pelo governo Jango — pois, ao que tudo indica, será uma de suas principais metas — tenderá a amortecer a revolta espontânea e sem rumo que tem vivido o campesinato. Contudo, a burguesia brasileira terá de enfrentar uma série de dificuldades para fazer a sua reforma agrária e, talvez, a maior delas esteja em sua divisão interna. Diante disso, cremos que somente o campesinato organizado e unido à classe

operária poderá barrar o caminho desse reformismo burguês e impor as suas próprias soluções, dentro de um programa que exprima os interesses dos trabalhadores brasileiros.

Como marxistas, sabemos que somente o socialismo representa uma solução real para o campo no Brasil. Esta é, porém, uma meta que impõe, para sua efetivação, um árduo processo de luta, dentro do qual teremos de levar em conta não somente o fato de que a revolução burguesa no campo não foi levada às suas últimas consequências como também o grau de amadurecimento do campesinato e o avanço das lutas de classes no campo. Assim, embora tenhamos consciência da incapacidade da burguesia de concluir sua revolução no campo, dados os compromissos que mantém com a oligarquia rural e mais ainda devido ao fato de sua relativa territorialização, somos forçados a formular como programa de ação palavras de ordem de acordo com as condições reais de luta que enfrentamos. O que nos importa, primordialmente, é mobilizar o campesinato e vinculá-lo à classe operária, numa sólida frente de classes capaz de levar a termo a derrubada do sistema latifundiário-burguês do país.

Parece-nos óbvio também que a reforma agrária deve ser não só uma reivindicação camponesa mas de todas as camadas populares, sobretudo do operariado, que, em sua grande maioria, tem suas origens no campo, assim também como muitas das reivindicações operárias, tais como casa, hospital, escola, salário mínimo, etc. devem ser reivindicações camponesas.

No Brasil, onde já existe um grande contingente proletário e cujo papel nas forças produtivas o torna a força de vanguarda, ao proletariado caberá o encaminhamento da luta revolucionária, sendo o destino do campesinato o destino desse proletariado, pois só através da Aliança Operário-Camponesa poder-se-á efetivar uma mudança qualitativa na estrutura social brasileira. Mas para que essa aliança possa existir efetivamente é necessária a formação de uma vanguarda camponesa marxista-leninista, tão conseqüente como uma vanguarda operária. A essa vanguarda, pertencente ao Partido Revolucionário que haveremos de criar e orientada por ele, caberá todo o processo de organização do campesinato através de um trabalho que atinja a todas as categorias de camponeses e utilize todas as formas possíveis de luta. Não podemos mais continuar aceitando dogmas como o da assistência jurídica, o da dificuldade extrema em mobilizar os assalariados rurais, o da ineficácia da formação de sindicatos etc, pois são falsos problemas colocados a priori, que temos de analisar com espírito crítico, procurando superar certos preconceitos e o comodismo que tem impedido que novas frentes de luta sejam abertas.

Para nós, a partir de agora, em que já existem várias zonas rurais agitadas, trata-se de organizá-las. Nossa meta deverá ser a de formar associações, Ligas, Sindicatos, Federações e Confederações Camponesas, através da preparação de quadros bem formados, a fim de que o campesinato tenha condições de participar conscientemente das decisões sobre o seu destino.

Essa nova proposição representa, de nossa parte, uma crítica aos métodos aventureiros-conspirativistas de luta. Nosso objetivo será fundamentalmente politizar e organizar o campesinato. Assim procedendo, cada Liga, cada Sindicato, cada Associação Camponesa será uma trincheira, pois as armas são o complemento da consciência revolucionária e todo o problema de tomada do poder está centrado sobretudo nesta.

*(Publicado na revista Política Operária Nº 6, meados de 1963)*